

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à CEOR.

Em 02/02/2004

Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe da Assessoria de Planejamento

PROT. LEGISLATIVO
17/2004
Assessoria de Planejamento

MENSAGEM

Nº 066 /2004-GAG

BRASÍLIA, 02 DE FEVEREIRO DE 2004.

104
2004
PROC 17/2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, e a seus ilustres pares, os deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para encaminhar esta mensagem anual do Poder Executivo, por ocasião da abertura da sessão legislativa do ano em curso, conforme prescreve o inciso XI do artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como o plano anual do Governo do Distrito Federal para o ano de 2004, a que se refere o artigo 167 da mesma Lei.

É esta uma obrigação legal que cumpro com extrema satisfação.

O início de uma nova etapa dos trabalhos dessa Câmara Legislativa haverá de estimular-nos a rever os principais fatos e fenômenos que marcaram a trajetória percorrida no passado, em oportuna intenção de melhor compreender o presente.

A par disso, e talvez ainda mais importante, será este o momento de pensar e repensar o futuro, a explorar os melhores caminhos de conduzir à consecução de nossos objetivos.

Nossos objetivos – permitam que reafirme o plural, que absolutamente não é aqui uma figura de retórica. Creio firmemente que os assuntos de que trata esta Mensagem, se remetem aos destinos do Distrito Federal e sua região – esta bela parcela de Brasil em que nos é dado viver – e, sobretudo, à felicidade de seu povo, dizem respeito a todos nós, desempenhemos ou não papéis diretivos. Porém em especial referem-se aos que, no Governo, na Câmara Legislativa e na Justiça do Distrito Federal, temos responsabilidades para com a administração da coisa pública.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PRO n.º 17/2004
Fls. n.º 01

Independentemente das funções de estado que nos sejam atribuídas, de nossas crenças e opiniões, idéias e posições políticas, de nossos interesses e preferências pessoais – todos destinados a conviver harmônica e solidariamente no espaço democrático que juntos conquistamos nas últimas décadas –, sejam minhas palavras, nesta ocasião, também um apelo à concórdia e esforço conjunto na construção de um futuro melhor.

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PROC n.º 17	104
Fla. n.º 02	104

I - Desenvolvimento regional – a nossa solução

Não por acaso começo essas considerações pelo corte regional.

Rogo que me permitam, à guisa de introdução, uma rápida digressão em torno desse tema.

O panorama mundial neste princípio de século e milênio, e a conjuntura nacional deste início de 2004, exigem de todos nós máximo cuidado ao conceber estratégias e formular políticas de estado que sirvam a nossos objetivos maiores – o desenvolvimento econômico, a justiça social, o estabelecimento de uma sociedade mais forte e justa.

Vivemos momento em que a nação brasileira procura denodadamente trilhar os caminhos que lhe permitirão reencontrar o crescimento econômico.

Nossos esforços nesse sentido, em que pesem sucessos regionais e locais, têm sido por enquanto vãos, em termos nacionais. Não me satisfaz, absolutamente, o fato de que nos espaços atribuídos à responsabilidade do Governo do Distrito Federal, tenhamos conseguido expressivos êxitos no combate ao desemprego. Nem que nossos parceiros e vizinhos mais próximos, os estados de Goiás e Minas Gerais, tenham regionalmente alcançado sucessos análogos.

Isso é pouco. A sociedade brasileira espera mais de nós. E sabemos que não haverá aqui, em Brasília, como em Minas e Goiás, conquistas efetivas e perenes senão quando o Brasil, em seu todo, conseguir igual êxito.

Claro está que não temos como implementar soluções que sirvam a todos os problemas do Brasil.

Mas em nosso espaço podemos contribuir para vencer a parcela que nos compete desse conjunto. A começar pelas questões nacionais que mais intensamente

2

repercutem sobre nós, especialmente sob a forma das carências dos milhares de migrantes que anualmente aqui chegam em busca de melhores condições de vida.

Para acolhê-los – e sempre o quisemos, como hoje queremos solidariamente acolhê-los, ainda mais que a tanto obriga-nos o preceito constitucional que assegura a todos os brasileiros o direito de ir e vir, e eleger lugar de viver –, consagramos o melhor de nosso esforço, desde que Brasília, a nova capital ainda em construção, afigurou-se um novo Eldorado a atrair cidadãos de todos os quadrantes do país.

Claro: recebê-los pressupõe infra-estrutura social e urbana capaz de atender aos novos brasilienses, a requerer educação, saúde, moradia, transporte, segurança e, sobretudo, emprego.

Temos conseguido, no Distrito Federal como em Goiás e Minas Gerais, expressivos sucessos nesse campo. Construímos novas cidades, expandimos a infra-estrutura urbana e social, colocamos em marcha programas voltados para o crescimento da economia e a criação de empregos. Mas Brasília não é uma “ilha da fantasia”, incólume aos problemas que se avolumam em todo o país. A permanência dos desequilíbrios inter-regionais e das disfunções sócio-econômicas que provocam as migrações acabará por produzir pressões dificilmente suportáveis, porque além de nossa capacidade de resposta.

Claro, a solução definitiva do problema estará na correção daqueles desequilíbrios e disfunções. O que, obviamente, ultrapassa as possibilidades locais e mesmo regionais. Porém, e enquanto ela não ocorre, haveremos de permanecer inermes, e assistir passivamente ao crescimento das pressões?

Há um espaço bastante amplo, no qual podemos e devemos atuar para, uma vez mais, fazer a nossa parte. Este espaço, que ultrapassa os limites do Distrito Federal e o alcance das políticas de seu Governo, há de ser compartilhado com as administrações de Goiás e de Minas, em parcerias com as municipalidades que integram a região geoeconômica em que se insere a capital do Brasil.

Observe-se que esta região ultrapassa o entorno imediato de Brasília. Se a ação conjunta ativer-se aos municípios limítrofes, será incapaz de responder ao crescimento das migrações. Todos os habitantes da região sofrerão as conseqüências da deterioração dos serviços sociais e urbanos, do aumento do número de desempregados, das tensões sociais daí resultantes. E Brasília perderá a condição ímpar de que hoje desfruta entre as metrópoles brasileiras, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida de seus habitantes.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. n.º 17.104
Fls. n.º 03

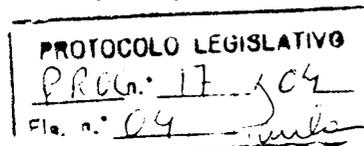
Um dos eixos por que deverá orientar-se a ação conjugada dos governos da região, e talvez o mais importante deles – dada a densidade demográfica, a importância econômica e o significado político-institucional de que se reveste –, é o que liga Brasília a Goiânia, passando por Anápolis, a integrar duas áreas metropolitanas que se destacam entre as mais dinâmicas do país.

Por isso mesmo a iniciativa dos governos de Goiás e do DF, de ligar Brasília a Goiânia por trem de alta velocidade, como os que funcionam com reconhecida eficiência e sucesso em vários países da Europa, é importante para o desenvolvimento regional. Faz parte da estratégia de integrar as ações de governo das unidades federadas desta parcela de Brasil, e além disso serve aos propósitos de racionalizar nosso sistema de transporte, via resgate do papel proeminente que deve caber às ferrovias, infelizmente menosprezado nas últimas décadas.

Ademais de tudo isso, a idéia coaduna-se com a vocação de modernidade e avanço tecnológico de Goiânia e Brasília, cidades novas, capitais especialmente construídas para tal função, produto da inventiva e capacidade criadora do povo brasileiro, e sempre ciosas das inegáveis vantagens que as distinguem das demais metrópoles.

Estou convencido da necessidade do empreendimento. Em princípio, considero-o oportuno e factível. Para implementá-lo dependeremos, como é natural, dos competentes estudos de viabilidade técnica e econômica, que já iniciamos, a partir da elaboração em 2003 dos termos de referência, no âmbito da Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano do GDF, que neste ano de 2004 responsabilizar-se-á, juntamente com os órgãos congêneres do Governo de Goiás, pela elaboração do projeto do trem de alta velocidade.

Emblemático que seja, esta não é a única ação do Governo do Distrito Federal no sentido do aprofundamento da integração regional. Destacam-se, nesse particular, diversas outras atividades, tais como o convênio com entidades federais para planejamento e supervisão conjunta dos transportes urbanos na região, a pesquisa "*Brasília e sua região polarizada*" que visa conhecer a realidade das demais cidades do entorno imediato, o seminário "*Futuro de Brasília*", com destaque para o tema "*Entorno: integração e desenvolvimento*" e o mapeamento das ações, no âmbito da integração regional, realizadas pelo Governo Federal, do Distrito Federal, Goiás, Minas e pelas prefeituras municipais da região.



Firmaram-se convênios – denominados “*Máquinas em ação*” – com todos os municípios da região, para conservação e manutenção do sistema viário. Criou-se banco de dados, a partir de levantamento administrativo e sócio-econômico dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), realizado em conjunto com o Conselho Administrativo da RIDE – COARIDE, a Universidade Solidária e universidades de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.

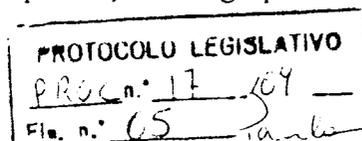
Por ocasião da vigésima primeira Exposição Agropecuária de Brasília, os municípios da região geoeconômica tiveram oportunidade de expor e divulgar seus produtos, o que contribuiu para aprofundar os já fortes laços entre agropecuaristas do DF e dos municípios goianos e mineiros da região.

Firmou-se protocolo de intenções entre os governos do Distrito Federal (via Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), de Goiás e de Minas Gerais, bem assim as municipalidades que compõem a RIDE, para elaborar diagnósticos das condições de saneamento na região, incluídos os sistemas de abastecimento d’água, esgotamento sanitário, drenagem e destinação de resíduos sólidos.

Documentos análogos foram celebrados entre o GDF, o Governo de Goiás e os municípios interessados, com participação da CEB e da CELG, para iluminar a BR-040 e, também com a participação do Estado de Minas Gerais, para implantar Programa Educacional de Resistência às Drogas.

Outros empreendimentos de destaque para a integração regional foram a instalação do grupo do trabalho “A saúde na RIDE”, cujos primeiros produtos foram os documentos “*Linhas de ação para um plano de trabalho em saúde na RIDE*” e a “*Carta compromisso*” aprovada pelos participantes, além da Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente do Distrito Federal;

Em 2004 a integração deverá avançar, além de outras iniciativas das demais unidades federadas e governos municipais envolvidos, por intermédio dos estudos e pesquisas sócio- econômicas de população da região do entorno, do prosseguimento do projeto “*Máquinas em ação*”, da realização de feiras, congressos e eventos, da viabilização de espaços, pelos governos das unidades federadas regionais e municipalidades, às empresas industriais, comerciais e de serviços para exporem ou divulgarem seus produtos, pelo apoio a manifestações turísticas e folclóricas – inclusive via promoção de grupos e entidades representativas do turismo e folclore regional.



II - Desenvolvimento social – a experiência do Distrito Federal

Melhor tarde que nunca: a sociedade brasileira já se convenceu de que é necessário empreender um grande esforço nacional para erradicar a escandalosa injustiça social que vitima parcelas significativas da população. Terá sido por isso que, nas eleições de 2002, preferiu as propostas que enfatizavam a intenção de removê-la.

Isto ocorreu tanto no nível nacional, com a ascensão de Lula, como no Distrito Federal, onde o eleitorado reafirmou sua confiança num governo preocupado com a consecução da justiça social.

Em Brasília a população teve por paradigmas nossos governos anteriores, com destaque para o mais próximo, o do período 1999-2002, cuja tônica foi o combate ao desemprego e aos efeitos da pobreza, no primeiro caso via agressiva política de promoção do desenvolvimento econômico e geração de empregos, e no outro mediante implementação de programas de assistência social, claramente dirigidos para a superação dos mais críticos problemas dos mais pobres, em especial daqueles vitimados pela miséria – miséria, digo-o com orgulho, hoje em vias de erradicação no Distrito Federal.

No atual período mantemos e intensificamos essas linhas de ação, sobretudo mediante implementação do **Programa de Desenvolvimento Social**, cuja execução está sob a responsabilidade direta da Vice-Governadora. Para melhor estruturar as atividades no setor, no ano passado foi instituído o Conselho do Programa de Desenvolvimento Social, e revitalizado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

O conjunto dessas ações conforma uma experiência positiva, ao integrar políticas e sistematizar a atuação das secretarias gestoras dos programas sociais, agindo em quatro níveis: preventivo, assistencial, promocional e emergencial.

Um importante instrumento de gestão dos programas sociais foi criado e está sendo implantado: o Cadastro Único dos Beneficiários dos Programas Sociais do Distrito Federal, que visa à identificação, localização e mapeamento do perfil das famílias carentes do Distrito Federal. Até o momento já foram cadastradas cerca de 86 mil famílias, totalizando algo em torno de 328 mil pessoas potencialmente beneficiárias dos empreendimentos sociais. O que se tem em mente é contemplar sempre os mais necessitados, para o que é necessário evitar superposições e a continuidade indevida de benefícios.

PROTOKOLU LEGISLATIVO
PROCL. n. 17 104
Fl. n. 06

Entre os programas em implementação destaca-se o **Renda Minha**, dada sua importância e abrangência em termos de inserção social. É a maior transferência de renda existente no país. Beneficia as famílias carentes que têm crianças e jovens de seis a quinze anos, matriculadas nas escolas públicas (no Distrito Federal 98,9% dos indivíduos nessa faixa etária freqüentam a escola). O Renda Minha transfere às famílias R\$ 45,00 mensais por criança e adolescente, além de fornecer material escolar, calçados, mochila, uniforme, merenda escolar, assistência médica e odontológica, se for o caso óculos e aulas de reforço escolar.

Um dos resultados obtidos é a redução dos índices de repetência e evasão. Em 2002 o programa contava com 72 mil crianças inscritas, e hoje já beneficia cerca de 105 mil, o que significa uma expansão de 46 % no atendimento.

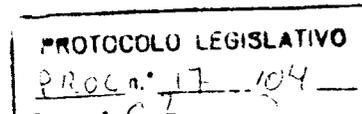
Outra iniciativa importante é o programa **Renda Solidariedade**, implantado em 2003 para substituir gradativamente a distribuição de cestas de alimentos. Por seu intermédio transferem-se mensalmente R\$ 130,00 às famílias carentes com crianças de até seis anos, idosos, doentes crônicos e portadores de necessidades especiais. Este é o maior programa renda mínima do Brasil; beneficia atualmente sete mil famílias, ou 23 mil pessoas, que utilizam o Cartão Solidariedade, emitido preferentemente em nome da mulher.

A prioridade continua a ser o combate à fome. Em 2003 funcionaram cinco restaurantes comunitários, localizados em Ceilândia, Paranoá, Samambaia, São Sebastião e Santa Maria, que forneceram diariamente cerca de 300 mil refeições balanceadas, a preço acessível (R\$ 1,00) a pessoas de baixa renda.

Também permanece a distribuição diária de um litro de leite e dois pães vitaminados para cada criança de seis meses a sete anos, às nutrizes, gestantes, aos idosos e aos portadores de necessidades especiais, beneficiando aproximadamente 57 mil famílias, ou 238 mil pessoas.

O programa Cesta de Alimentos da Família contribui para a alimentação de 52 mil famílias, em torno de 190 mil pessoas, que recebem mensalmente 28 quilos de alimentos.

Uma importante característica dessa programação é a exigência de contrapartida. Os benefícios são condicionados à participação de todos no processo de inclusão social. Para isso o governo estimula e promove atividades de geração de emprego e renda, promoções comunitárias, cursos de capacitação profissional, alfabetização para adultos,



oficinas de trabalho, microcrédito para criação de pequenos negócios; e acompanha a agenda de saúde das gestantes e crianças e a frequência às aulas das que estão em idade escolar.

Além dos programas já destacados, a rede de proteção social do Distrito Federal é responsável pelo atendimento direcionado aos diversos segmentos carentes da população, incluindo idosos, portadores de necessidades especiais, crianças em creche, menores infratores e população de rua.

Os gastos do Programa de Desenvolvimento Social em 2003 totalizaram R\$ 220 milhões, exclusivamente do Tesouro distrital.

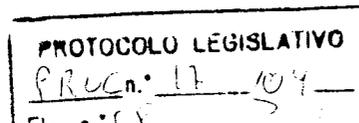
Em 2004, além do aperfeiçoamento das ações de fiscalização, acompanhamento e controle dos programas implantados, serão intensificadas as ações que visam ressaltar seu caráter de efetiva promoção e ascensão social, de forma a inibir a formação de novos bolsões de pobreza. Dar-se-á prioridade ao investimento na capacitação profissional, na geração de empregos e na implantação de ações de prevenção e combate à violência, sob todas as suas formas e manifestações, especialmente contra as crianças, mulheres e idosos.

A programação de 2004 contempla também, entre outras propostas, um mais intenso investimento nos jovens que se encontram em situação de risco, apostando em sua recuperação e inserção na comunidade. A revisão da atual estrutura física e conceitual do CAJE permitirá aperfeiçoar instituição, resgatando-lhe a função primordial de instrumento de reabilitação.

Outro destaque no campo do desenvolvimento social é a **educação**. O Distrito Federal voltou a ser destaque nacional no setor, após as mudanças introduzidas a partir de 1999 e a implementação do Programa **Educação Solidária**. Um indicador desse progresso foi o aumento, em 2003, da quantidade de prêmios, tanto nacionais quanto internacionais, recebidos por professores, escolas e alunos do Distrito Federal.

O Programa Educação Solidária abrange vários projetos que visam à equidade, à eficiência e compreende projetos e atividades de **acesso**, de **permanência** e de **qualidade**.

Entre os voltados para o **acesso** destacam-se os projetos *Telematricula*, que assegura vagas por telefone; *A Escola Bate à sua Porta*, realizado mediante visitas a cerca de 400 mil residências, a cada início de ano letivo, em busca de crianças eventualmente fora da escola; *Quanto mais cedo, Melhor*, que trilha o caminho da universalização da educação infantil, e a Educação de Jovens e Adultos.



A programação de **permanência** inclui o projeto *Visitador Escolar* (para trazer de volta os alunos faltosos) e o já citado *Renda Minha*, complementado pelo projeto *Aceleração da Aprendizagem*.

Na programação voltada para a **qualidade** destacam-se os projetos *Professor Nota 10*, o *Programa Especial de Licenciatura*, o *Ligado no Futuro* (ônibus-laboratórios), *Geração Campeã* (esportes), *Turno Ampliado*, *Igualdade nas Diferenças*, *Programa Integrado de Saúde Escolar*, *Projeto Prosseguir* e as atividades de Educação Profissional. O SIGE - Sistema Integrado de Gestão Escolar foi criado com o objetivo de informatizar as unidades de ensino

Convém destacar ainda um grande passo para as carreiras do magistério e de assistência à educação, materializado na aprovação por essa Câmara Legislativa da proposição de planos de carreira das duas categorias, iniciativa que proporcionará aos profissionais de educação reajustes de mais de 100% no vencimento básico.

Em 2004, além da continuidade, expansão e aprimoramento dessa programação, serão realizados cursos de treinamento em gestão escolar, para atender aos princípios e metas fixadas no Plano Estratégico 2003-2006, pelo qual 100% dos gestores educacionais deverão aperfeiçoar-se no período.

No que concerne à **Saúde** os esforços voltam-se para a humanização do atendimento e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais do setor. Para isso, entre outras providências, reformaram-se no ano passado todas as unidades de urgência e emergência dos hospitais do DF. Trata-se de trabalho continuado, que prosseguirá em 2004 e nos anos subseqüentes.

Também em 2004 será iniciado no Distrito Federal o mais amplo projeto de assistência primária do Brasil: o *Programa Família Saudável*, destinado a transformar ampla e profundamente o atendimento.

A autorização e o início das obras para a completa reestruturação, reforma física e renovação de equipamentos do Hospital de Base do Distrito Federal são uma prova incontestável de nossa decisão em fortalecer o Sistema Público de Saúde do Distrito Federal.

Cerca de 1,5 milhão de habitantes do DF, aproximadamente 70% do total, serão cadastrados no âmbito do Cartão SUS.

8

PROTOCOLO LEGISLATIVO
Proc. n.º 17 404
Flo. n.º 09

Estão sendo adquiridos e/ou instalados equipamentos de ponta, tais como os de radioterapia e hemodinâmica. O *Programa de Internação Domiciliar*, implementado com grande êxito em Sobradinho e no Gama, estender-se-á a outras cidades – o objetivo é alcançar todo o Distrito Federal. Encontra-se em estudos, a concluir-se ainda este ano, o projeto *Medicamento em Casa*, pelo qual serão entregues remédios de uso continuado aos pacientes cadastrados.

Na área de saúde, foram votados nessa Casa reajustes para as diversas carreiras profissionais que proporcionarão evidentes resultados no desempenho da categoria.

Também tornar-se-á realidade a *Cidade Saúde*, a localizar-se em área nobre, que disponibilizará à população de Brasília o que há de mais moderno em medicina.

No campo da **segurança pública** os esforços do Governo do Distrito Federal, conforme dispõe o plano aprovado no início de 2003, dirigem-se para reduzir os índices de criminalidade e violência; impedir a organização de grupos criminosos no DF; obstar o funcionamento do narcotráfico; ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário; aproximar os órgãos de segurança e defesa social da comunidade; integrar a atuação de todos os organismos do sistema; ampliar a participação das ações preventivas na contenção da criminalidade e redução dos riscos de acidentes de trânsito; conter a ocupação irregular do solo; impedir o surgimento de áreas críticas e bolsões de criminalidade; integrar os órgãos de segurança e defesa social àqueles subordinados ou vinculados a outras esferas da administração pública distrital; conquistar cada vez mais o respeito e a confiança da população.

Na área da **cultura** o principal destaque de 2003 foi o início da implantação do *Conjunto Cultural da República*. A partir da Biblioteca, cuja construção já foi iniciada, o conjunto é a grande obra que faltava para completar a chamada (por Lúcio Costa) “*escala monumental*” de Brasília. Serão construídos o Museu da República e um amplo espaço para atividades artístico-culturais e de lazer, na área compreendida entre a Estação Rodoviária, o Teatro Nacional, os primeiros blocos dos ministérios e a Catedral.

Prosseguem, além disso, os trabalhos de recuperação dos espaços culturais do DF, como a Concha Acústica, o Catetinho e o Museu de Arte de Brasília. E o GDF destinou lote no Riacho Fundo para receber o primeiro dos centros culturais-padrão que serão implantados pelo governo federal.



PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. n.º 17-104
Fls. n.º 10

No que se refere ao **trabalho**, os destaques cabem à operação do Sistema Público de Emprego, em parceria com o Ministério do Trabalho, e à ampliação das oportunidades de ocupação e geração de renda, com intensificação das atividades de apoio aos pequenos e micro-empresendedores, via concessão de microcrédito e promoção do artesanato e do cooperativismo.

Também merece destaque entre as ações voltadas para o desenvolvimento social a atuação do **Banco de Brasília**, que cumpre sua função de banco social e exerce importante papel junto à comunidade, inclusive ao manter agências em todas as regiões administrativas do DF, oferecendo ampla rede de acesso aos serviços bancários.

Nesse sentido o BRB implementa projetos de cunho social, a exemplo do atendimento à Comunidade em todas as agências, que respondem por grande volume de arrecadação (tarifas de concessionárias públicas, impostos federais e estaduais) e de pagamento de benefícios (Renda Minha – para o qual mantém 17 quiosques em unidades de educação em todas as cidades –, Frentes de Trabalho, Poupança-Escola e outros).

O Banco realiza trabalhos de apoio ao estudante e oferece suporte à realização de eventos culturais e esportivos. E em parceria com a Secretaria do Trabalho, propicia condições adequadas de acesso ao crédito a microprodutores, formalizados ou não, utilizando recursos do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda.

Analogamente, organizações pertencentes ao Governo do DF, não diretamente voltadas para o desenvolvimento social – como a CEB e a CAESB –, também cumprem importante papel na promoção da justiça social, seja por intermédio de projetos específicos de apoio às comunidades carentes, seja via tarifas subsidiadas e outros benefícios concedidos aos mais pobres.

III - Desenvolvimento econômico

O ano recém-findo foi marcado por grandes realizações no Distrito Federal, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e à promoção das atividades produtivas.

Em perfeita harmonia com o empresariado e demais segmentos da sociedade o Governo do DF notabilizou-se, entre outras conquistas, pelos avanços na implementação de um modelo de desenvolvimento econômico sustentado.



PROTOCOLU LEGISLATIVO
PROC. n.º 17/04
Fls. n.º 11

A criação da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior, aprovada por essa Câmara Legislativa ainda em 2002, foi decisão importante e profícua.

Já em seu primeiro ano de vida a Agência participou do planejamento, articulação, supervisão e avaliação das ações voltadas ao fomento e desenvolvimento econômico, tecnológico e do comércio exterior do Distrito Federal, tendo sempre como objetivo primeiro a geração de empregos e o aumento da competitividade da produção do DF nos mercados nacional e internacional.

Destaque-se, especialmente, o engajamento do setor privado nos planos governamentais, sem o que os fins colimados pelo Governo do Distrito Federal não seriam alcançados.

A visão em perspectiva do ano de 2003 remete-nos a conquistas importantes. A aprovação, por essa Casa, das leis que regulamentaram programas como PRÓ-DF II, PRÓ-LOGÍSTICO, SIMPLES CANDANGO, REFAZ, forneceram instrumentos fundamentais para que se impulsionasse o setor produtivo – que prontamente respondeu, com agilidade, empreendedorismo e responsabilidade social.

O resultado, todos sabemos, foi significativa diminuição do desemprego em nossa região, sustentada pelo desenvolvimento de setores cuja vocação foi-se consolidando na curta, mas vitoriosa, história de Brasília.

Muito foi feito, é verdade. Porém o Governo do Distrito Federal, neste segundo ano do meu novo mandato, será ainda mais ousado em suas políticas de desenvolvimento econômico. Projetos estrategicamente concebidos estão em fase de implantação, outros em conclusão de estudos, todos com expectativas de retorno social que nos fazem vislumbrar um futuro melhor.

O setor de alta tecnologia, importantíssimo pela produção de alto valor agregado, será o destaque em 2004. O *Parque Capital Digital*, dotado de infra-estrutura moderna e concentrada, atrairá expressivo volume de investimentos privados para as indústrias de base tecnológica e fixará mão-de-obra qualificada no DF, além de gerar os efeitos multiplicadores que o empresariado do setor tanto anseia.

Nem só de grandes projetos vive o setor tecnológico; contudo, é preocupação do Governo disseminar a cultura da tecnologia, não só entre o empresariado como também

nas camadas populacionais menos favorecidas. Projetos de inclusão digital serão realizados e pavimentarão o caminho para a inserção no mercado de empresas e trabalhadores antes relegados à incômoda situação de ignorância tecnológica.

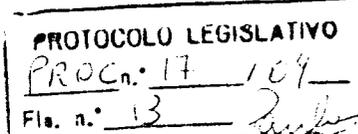
Falamos de nossa vocação para os segmentos de alta tecnologia. Algo análogo pode ser dito também sobre o **turismo**. Dispomos de grande potencial, e vamos utilizá-lo. O término da ampliação do Centro de Convenções e uma eficaz campanha de promoção institucional farão do Distrito Federal um pólo de atração no setor, com foco determinante no turismo de eventos.

A **agricultura** no DF e região é um de nossos orgulhos. Para dinamizá-la ainda mais continuaremos a contar com o PRÓ-RURAL, que será fortalecido, e com crédito suficiente e desburocratizado, principalmente para o pequeno e médio produtor. Além – é fundamental – de programas de treinamento e apoio tecnológico aos agricultores.

Consolidar o Pólo JK será prioridade em 2004. O desenvolvimento econômico do Distrito Federal não pode diminuir – e não diminuirá – o seu ritmo. Os pólos atacadistas e de semi-condutores terão especial atenção, enquanto novas áreas de desenvolvimento econômico (ADES), serão inauguradas, no prosseguimento de um programa já vitorioso.

No espectro de iniciativas que visam à atração e manutenção de empreendimentos no DF – sempre, reafirmo, a respeitar suas vocações –, daremos total apoio aos setores de serviços, tecnologia, turismo, logística-distribuição. São segmentos modernos, limpos, alguns capital-intensivos, outros ao contrário altamente absorvedores de mão-de-obra, o que permite impulsionar o desenvolvimento econômico em perfeito equilíbrio entre a produção de bens de alto valor agregado, inclusive para exportação, e o aumento da oferta de emprego, incrementando a renda da região mediante dois prismas distintos, porém intercomplementares.

Finalmente, em 2004 será intensificado o esforço para combater a informalidade nas atividades econômicas. Isso será feito, se necessário, com energia, mas sempre sem violência; sobretudo via idéias e ações que tragam à legalidade os empreendedores informais. O que interessa é achar-lhes um espaço no interior da economia formal, que gera tributos e garantias trabalhistas. É este, aliás, o principal escopo do projeto *Primeira Empresa*.



IV - Infra-estrutura para o desenvolvimento econômico e social

A criação da **Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal** foi um dos fatos importantes do ano de 2003. Encarregada de coordenar, integrar e articular as ações governamentais em infra-estrutura, desenvolvimento urbano, meio ambiente e transporte; de zelar pelo cumprimento dos objetivos e metas programados; de viabilizar apoio financeiro e operacional aos órgãos e entidades envolvidas nessas missões; de articular, em parceria com suas congêneres voltadas para o desenvolvimento social e econômico, a ação governamental em seu todo, essa Agência foi decisiva para os êxitos do Governo do DF no ano que passou.

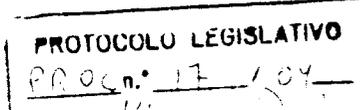
Entre as ações nas quais esteve diretamente envolvida destacaram-se a coordenação das ações em Transporte Urbano – em que se implementa novo modelo no Distrito Federal e entorno; o projeto *Brasília Sustentável* – também no âmbito da região geoeconômica da capital, visando implantar políticas de desenvolvimento sustentável capazes, simultaneamente, de gerar os impactos econômico-sociais desejados e assegurar gestão racional e ecologicamente responsável dos recursos naturais.

A ação setorial em **infra-estrutura e obras públicas**, em 2003, incluiu a implementação de programas como os de Saneamento Básico, Transporte Urbano, Saneamento e Proteção de Recursos Hídricos, Qualidade e Produtividade no Habitat.

Em 2004 terão seqüência esses programas, ressaltando-se entre outras obras a finalização da reforma do Centro de Convenções, a construção da biblioteca do Complexo Cultural da República, o término da cobertura da Feira dos Importados, das obras do Programa de Saneamento Básico, além de novos empreendimentos em transporte urbano, saneamento e proteção dos recursos hídricos, abastecimento d'água (inclusive em Águas Lindas, no entorno).

O **metrô** do Distrito Federal encerrou o ano de 2003 com vinte trens operando em duas linhas – a Verde (Estação Central–Praça do Relógio, Taguatinga), com 22,6 KM, e a Laranja (Estação Central–Terminal Samambaia), 26,8 km. No ano passado foram efetivadas cerca de 11 milhões de viagens/passageiros.

A programação de expansão concentrou-se na construção do trecho Taguatinga-Ceilândia e no túnel Onoyama, que deverão prosseguir em 2004.



Prosseguem igualmente os trabalhos em **rodovias e vias urbanas** a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, tais como duplicação, restauração e manutenção, construção de passarelas, pontes, trevos e viadutos – o destaque, neste particular, é a intercessão no final do Eixo Monumental, junto ao Terminal Rodo-Ferroviário; o aumento da capacidade de tráfego em vias como o chamado Pistão Sul (Taguatinga); a restauração de postos de fiscalização à margem das rodovias; a construção da *Transitolândia* – Escola Vivencial de Trânsito, no Parque Rodoviário do DER-DF.

No ano em curso serão construídos o sistema viário de acesso ao viaduto Eixo Monumental–Terminal Rodo-Ferrovário, a terceira faixa do Pistão Sul e uma nova passarela na Via Estrutural.

Entre as **obras urbanas** a cargo da NOVACAP, em 2003 foram realizados trabalhos de manutenção das vias públicas, conservação de áreas verdes e do cerrado, de galerias pluviais, “bocas-de-lobo” e edificações diversas, requeridas pelos setores de saúde, educação, segurança, cultura, ação social e outros.

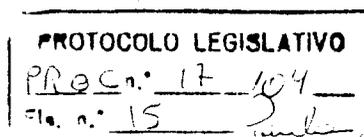
No que se refere a **energia elétrica**, a Companhia Energética de Brasília (CEB) deu seqüência a sua programação de obras de expansão e manutenção de um sistema que cada vez a destaca como uma das mais eficientes empresas brasileiras no setor.

Vale reiterar sua participação na estratégia de desenvolvimento social do GDF, já destacada anteriormente: em 2003 a Companhia conquistou prêmios importantes, em reconhecimento às atividades nessa área, como o título de “*Empresa Cidadã*”, outorgado pelo Fórum de Cidadania Empresarial de São Paulo, e o Prêmio COGE na categoria “*Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional*”.

Em 2003 a CEB implantou linhas e redes de transmissão e distribuição, tanto aéreas como subterrâneas (além de uma sob a superfície do Lago Paranoá) em vários pontos do território do Distrito Federal. Construiu e ampliou subestações e implementou o projeto Luz no Cerrado, de universalização do fornecimento de energia em todo o DF.

No campo da iluminação pública, deu seqüência ao *Projeto Reluz*, de efficientização energética, e estendeu a iluminação a áreas ainda carentes desse serviço.

Prosseguiram as obras necessárias à conclusão da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, marco importante da expansão da CEB na geração de energia.



Em 2004 a Companhia persistirá na implementação dos projetos sociais, como Gente de Sucesso e Luz das Letras. Os trabalhos em iluminação pública ganharão novo impulso, com a instalação de seis mil novos pontos e o prosseguimento da efficientização, em favor do uso racional e econômico da energia elétrica.

Serão construídas, ampliadas e melhoradas as subestações e linhas de transmissão, bem como novas redes urbanas – inclusive subterrâneas – e rurais de distribuição. Na busca continuada da modernização e aperfeiçoamento tecnológico, serão adquiridos e instalados novos equipamentos de rede e medidores de consumo.

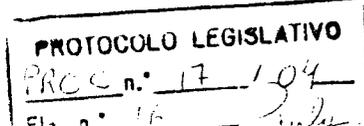
Na área de **desenvolvimento urbano e habitação**, implementaram-se programas como o *Morar Melhor*, de atendimento aos idosos, concederam-se subsídios à habitação de interesse social, produziram-se unidades habitacionais em parceria com a iniciativa privada, disponibilizaram-se lotes urbanizados a populações carentes e desenvolveram-se projetos de urbanismo em todas as cidades do DF.

Também foram implementados projetos de regularização fundiária urbana (*Endereço Certo*) e de desenvolvimento institucional, ordenação territorial e monitoramento das transformações urbanas.

As atividades concernentes à **preservação do meio ambiente** têm sido crescentemente numerosas e intensas, e assim foi em 2003. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos participou de todos os empreendimentos governamentais e monitorou as ações privadas que pudessem interferir no ambiente natural, administrou as reservas, áreas de proteção e outros espaços de preservação e intensificou as ações de difusão de conceitos preservacionistas, inclusive via meios de comunicação.

Em 2004 dedica-se com especial empenho ao estabelecimento de novas parcerias para o monitoramento da conservação ambiental, à intensificação da fiscalização e, destacadamente, às ações na Unidade de Conservação das Águas Emendadas e no Parque Burle Marx.

A par das iniciativas sociais já referidas – que a colocam entre as concessionárias do segmento que mais se destacaram nesse particular –, a **Companhia de Saneamento de Brasília** (CAESB) desenvolveu, em 2003, amplo programa de obras e serviços, entre os quais ressaltam-se (concluídas ou em andamento) a recuperação da barragem do Descoberto, a implantação da rede de abastecimento d'água da Cidade Estrutural, do Setor Taquari, da expansão do Setor Oeste de Sobradinho II, melhorias em



redes do Lago Sul, duplicação de adutoras, melhorias em outros sistemas de abastecimento e manutenção das redes existentes.

Implantaram-se ou estão em construção sistemas e redes coletoras de esgotos em várias cidades e localidades do DF, bem como a estação elevatória no Setor Sul do Gama, as estações de tratamento de esgotos de Melchior e Gama e interceptor geral de esgotos do sistema Melchior, além de melhorias nas estações de tratamento de Alagado, Santa Maria e Samambaia.

Em 2004 serão implantados, ampliados ou melhorados sistemas, redes e estações de tratamento de esgotos em Águas Lindas (no entorno), Mestre D'Armas (Planaltina), Lago Norte, Lago Sul, Samambaia, Recanto das Emas, Taquari e Setor Sudoeste.

A estação de tratamento de água de Brasília (Plano Piloto) será ampliada e reformada. Haverá obras de reforma, ampliação e construção nos sistemas de abastecimento d'água em Águas Lindas, Águas Claras, Arniqueira, Veredão, Vicente Pires, Samambaia, Taguatinga, Contagem, Paranoazinho, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Ceilândia e Lago Norte.

* * *

O detalhamento do que foi dito nesta Mensagem está assinalado nos anexos que estão sendo encaminhados em separado.

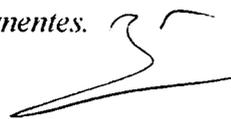
* * *

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados:

Permitam-me reproduzir neste momento as palavras com que encerrei minha Mensagem do ano passado:

"Reduzir as desigualdades sociais, promover a solidariedade, a dignidade do cidadão e gerar postos de trabalho são hoje, como foram no passado, os objetivos maiores do meu governo. Só poderemos atingi-los mediante políticas arrojadas, criativas e capazes, ao mesmo tempo, de gerar impactos imediatos e resultados permanentes."

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. n.º 17 / 04
Fls. n.º 17



Tenho a convicção de que estamos caminhando na direção e sentido corretos, em busca da felicidade de nosso povo.

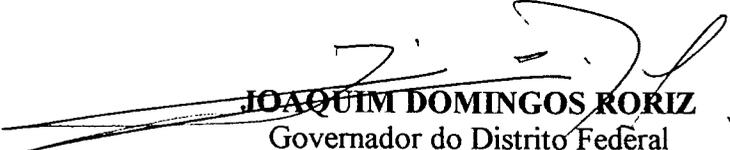
Move-me, sobretudo, a crença de que nenhum de nós será completa e duradouramente feliz senão quando todos forem felizes.

Tenho, também, plena consciência de que a imperfeição é inerente a nossa condição humana, o que exige do governante coragem, humildade para mudar e corrigir-se no que errar.

É, assim, com espírito desarmado que assumo o compromisso de dedicar o melhor de meu esforço a dar seqüência às transformações que o povo exige, no anseio de concretizar o sonho de Dom Bosco.

Conclamo todos os nobres membros dessa Casa - todos, sem qualquer exceção - a participar dessa luta. Brasília espera de nós que saibamos colocar os interesses maiores de nosso povo acima das discordâncias que eventualmente nos separem.

Sei que Deus haverá de iluminar-nos nesta caminhada".


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. n.º 17 104
Fls. n.º 18 Paulo